

**O CONFORMISMO DOS ACADÊMICOS: AS RELAÇÕES ENTRE “ESTABELECIDOS” E “OUTSIDERS” NO MEIO UNIVERSITÁRIO**

Pinheiro, Maxmiliano Martins[[1]](#footnote-2)

ST 03 - Cidades, território, cultura e educação

**RESUMO:**

Há muitos relatos, de alunos de diferentes estratos sociais, que desvelam a existência de relações autoritárias no ambiente universitário que decorrem não apenas das ingerências que determinados governos efetuaram principalmente nos períodos ditatoriais no Brasil, mas também de relações interpessoais engendradas por acadêmicos que se valem da condição de “estabelecidos” para impor suas vontades aos pós-graduandos que, na visão deles, se encontram na posição subalterna. Por conseguinte, o objetivo central desse trabalho é examinar justamente esse intercâmbio representado pelas relações autocráticas que se manifestam no meio acadêmico, uma vez que estas naturalizam o lugar dos “estabelecidos” que detêm a autoridade da leitura científica e ditam quem deve ou não fazer parte da pesquisa acadêmica, e o dos “outsiders” que, por não pertencerem à instituição ou por não terem sido indicados por alguma autoridade acadêmica, devem se submeter a qualquer arbitrariedade.

Para atingir essa finalidade, este trabalho está estruturado da seguinte forma: na primeira parte, ancorada estritamente na teoria social, serão elucidadas as contribuições sociológicas de três importantes autores que serão mencionados ao longo da abordagem, a saber: Norbert Elias, com a obra *Os Estabelecidos e os Outsiders*, como sugere o título dessa pesquisa, pois sua exploração das relações excludentes que emergem do meio social transcende as questões de vizinhança e castas sociais apresentadas no seu estudo, dando lugar para outras situações; Michel Foucault, através de seu trabalho em *Microfísica do Poder,* que aborda o processo de transição do “intelectual universal” para o “intelectual específico” que foi cooptado pelas instituições devido ao seu perfil de especialista; e, Michel Maffesoli, em seu livro *O conformismo dos intelectuais*, como também indica o nosso título, que denuncia a postura dos professores universitários como atores limitados e ressentidos que, acomodados na instituição acadêmica, são incapazes de sinalizar qualquer amplitude de visão sobre o mundo; na parte seguinte, serão apresentados diversos estudos realizados acerca do autoritarismo que perpassa no horizonte acadêmico, considerando a gênese histórica da universidade brasileira e as diversas situações conflitantes e excludentes que ocorrem no seu espaço. Com base nesses objetivos, esse trabalho foi desenvolvido por meio de uma pesquisa quantitativa que insere em sua análise as teorias sociais de Elias, Foucault e Maffesoli, a leitura histórica de Marilena Chauí e abordagens de acadêmicos que relatam atitudes autoritárias.

Em sua obra *Os Estabelecidos e os Outsiders*, que foi escrita em parceria com John L. Scotson, Norbert Elias declara desde o início que o seu estudo baseia-se na descrição de uma comunidade de periferia mais conhecida como Winston Parva onde se percebia em seu seio uma flagrante dissidência entre um grupo estabelecido de longa data e um grupo novo de residentes que eram tratados pelo primeiro como outsiders. No entanto, Elias elucida sua macro-sociologia ao ressaltar que, nesta comunidade conflituosa, achava-se um *tema humano universal*, uma vez que os membros dos grupos mais poderosos intitulavam-se como humanamente superiores (ELIAS & SCOTSON, 2000). Dissecando essas relações de superioridade e inferioridade entre os grupos na comunidade de Winston Parva, Elias assevera que os grupos estabelecidos, além de se sentirem dotados de características humanas superiores, engendravam estratégias de exclusão para com os segmentos considerados inferiores, tais como a recusa dos contatos diretos e as fofocas elogiosas e depreciativas (Ibidem). Com isso, o sociólogo conclui que a investigação dessas relações excludentes em uma comunidade local propicia uma análise sociológica elástica de diferentes unidades sociais onde essa figuração de estabelecidos-outsiders se opera sob múltiplas facetas.

Para Marcos Aurélio Lima, essa obra de Elias desvela a tentativa de desenvolver uma teoria capaz de assimilar o dinamismo e as mutações sociais, considerando sempre a relação entre o indivíduo e o coletivo, assim como as partes e o todo. Dessa maneira, a conjunção social ilustra um jogo em exercício, com transformações e movimentos que constituem realidades sociais multifacetadas e tensões de interdependências (LIMA, 2015). Por conceber esse dinamismo da configuração social em diferentes ambientes multifacetados, a sociologia de Elias pode contribuir para o exame das relações autoritárias e excludentes que ocorrem no meio universitário, conforme pretende essa pesquisa.

Na *Microfísica do Poder*, Michel Foucault analisa primordialmente o que ele classifica como “as malhas mais finas da rede do poder”. Ao se diferenciar dos marxistas tradicionais, presos demais a uma concepção economicista das relações sociais, Foucault alega que, após 1968, as investigações sociológicas concedem maior relevo às temáticas que antes tinham sido ofuscadas pela análise política, como o internamento psiquiátrico, a normalização mental dos indivíduos e as instituições. Tais questões apontam o funcionamento geral das engrenagens do poder (FOUCAULT, 2012). Para Stuart Hall, o trabalho de Michel Foucault focaliza o descentramento da identidade e do sujeito por meio da existência de um poder disciplinar que é resultante das novas instituições coletivas da modernidade tardia que aplicam dispositivos disciplinares visando o isolamento, a vigilância e a individualização da própria pessoa humana (HALL, 2005). Podemos inferir então que um dos objetos de estudo da sociologia de Foucault é a atuação das formas disciplinares nas instituições onde se inserem os sujeitos particulares.

Foucault delineia um pequeno relato histórico da mudança de postura do intelectual que outrora se apegava como o portador de ideias ou teorizações, que por mais que fossem relativas ou efêmeras, desvelavam caráter universalizante, mas que na sociedade atual, devida à constatação de um modo diferente de operacionar a teoria com a prática, passa a privilegiar as problemáticas oriundas dos setores específicos das relações sociais, ou seja, as instituições, pois elas interferem diretamente na condição humana dos indivíduos (FOUCAULT, 2012). Uma vez que as lutas cotidianas sinalizavam os dramas de atores sociais que eram oprimidos pelos diversos aparatos institucionais de uma sociedade, ocorreu uma reconfiguração na própria função do intelectual (entenda-se também do escritor) que paulatinamente renuncia os projetos universais e se resigna na execução de políticas específicas ligadas a determinados segmentos sociais:

O intelectual era por excelência o escritor: consciência universal, sujeito livre, opunha-se àqueles que eram apenas *competências* a serviço do Estado ou do capital (engenheiros, magistrados, professores). Do momento em que a politização se realiza com base na atividade específica de cada um, o limiar da *escritura* como marca sacralizante do intelectual desaparece, e então podem se produzir ligações transversais de saber para saber, de um ponto de politização para outro. Assim, os magistrados e os psiquiatras, os médicos e os assistentes sociais, os trabalhadores de laboratório e os sociólogos podem, em seu próprio lugar e por meio de intercâmbios e de articulações, participar de uma politização global dos intelectuais. Esse processo explica por que, se o escritor tende a desaparecer como figura de proa, o professor e a universidade aparecem, talvez não como elementos principais, mas como “permutadores”, pontos de cruzamento privilegiados. A causa da transformação da universidade e do ensino em regiões ultrassensíveis politicamente acha-se sem dúvida aí. A chamada crise da universidade não deve ser interpretada como perda de força, mas, pelo contrário, como multiplicação e reforço de seus efeitos de poder no meio de um conjunto multiforme de intelectuais em que praticamente todos são afetados por ela e a ela se referem. (FOUCAULT, 2012, p. 47)

Apesar da figura do intelectual como um escritor universal desaparecer, devemos perceber que os profissionais devotados à especificidade do saber ainda guardam um desígnio de universalidade, visto que eles estão propensos a participar de discussões políticas de caráter global. Steven Connor sustenta que Foucault defende a substituição do intelectual universal que profere imperiosamente paradigmas em benefício da Humanidade pelo intelectual específico inserido nas condições peculiares de sua época. Sendo assim, esse novo intelectual se imerge na auto-anulação que dispensa concepções e planos universais, pois só assim ele pode restaurar a credibilidade do trabalho de uma formação intelectual que pode estar perdendo seu lugar na cultura contemporânea (CONNOR, 2000,). O mais importante é constatar que esse intelectual específico delineado por Foucault está intrinsecamente relacionado com a emergência da universidade como instituição que engendra o conhecimento científico. Emerge assim o papel do professor acadêmico que, substituindo intelectual universal, efetua a disseminação de saberes específicos e transversais. A crise da universidade designa a tentativa de empreender os esforços dos intelectuais especialistas em responder aos múltiplos problemas sociais. Segundo Connor, ocorre no seio da própria academia, um aviltamento da vontade de poder no discurso acadêmico que procura a adaptação como meio de legitimação. Assim, a competência acadêmica não significa proferir um discurso crítico que abale todas as estruturas, mas capturar e assimilar as inferências que circundam em torno desse discurso (CONNOR, 2000).

Enfim, a sociologia de Michel Foucault é importante porque analisa as engrenagens que o poder disciplinar incorpora em diferentes instituições (pode ser incluída a universidade), propiciando o exercício de mecanismos autoritários; e também aborda o processo do intelectual como um ator social que renuncia o papel protagonista que possuía na modernidade para se adaptar à condição de especialista, conferida pela instituição acadêmica, em uma sociedade contemporânea marcada por uma multiplicidade de dilemas e conflitos pontuais.

Já Michel Maffesoli, em *O Conformismo dos Intelectuais*, que teve a colaboração de Hélène Strohl, adentra sua crítica sociológica na postura institucionalista da universidade. Para este sociólogo, a universidade ainda se encontra muito arraigada na sonolência dogmática do racionalismo moderno através dos *experts* acadêmicos que agem como “comissários” à procura da *falta* intelectual, da *incorreção* metodológica, tabus e autores indesejados. Dessa forma, esses pesquisadores se confinam em uma etiqueta que faz com que eles sejam qualquer coisa menos “inventores”.[[2]](#footnote-3) Com efeito, os tutores da opinião pública (acadêmicos, jornalistas e políticos) não apreendem a progressividade da pós-modernidade que dá um golpe aos valores estabelecidos enfatizando o lúdico, o festivo, o onírico e o imaginário cada vez mais presentes na vida humana (MAFFESOLI & STROHL, 2015). Como sublinha Bauman, a sociologia de Maffesoli descreve o mundo contemporâneo como um “território flutuante” em que os seres humanos encontram uma “realidade porosa”. Somente as pessoas ou coisas fluidas em estado de constante transformação e contingência se adaptam neste território. Qualquer arraigamento ou solidez que possa existir deve adquirir um cunho dinâmico, sendo reconstituído cotidianamente, uma espécie de “estar de viagem” (BAUMAN, 2014).

Retomando a crítica à universidade, Maffesoli salienta que esta instituição perdeu o prestigio social devido à sua resistência aos pensamentos e métodos que, sob qualquer espectro, parecem interditar o seu próprio território:

Questionamo-nos e com razão inquietamo-nos, não se, causa, sobre a perda de prestígio da universidade francesa, seja no estrangeiro ou em seu próprio país. Não é, talvez exagerado dizer que sua fonte direta é a conjunção da mediocridade e da covardia, cada qual gerando a outra. Covardia em relação a qualquer audácia de pensamento, a qualquer assunto tabu, a qualquer método discordante, que junto a desconfiança habitual no meio universitário sobre qualquer coisa cuja mediocridade não seja garantida. Ao final, isso dá fruto, como, no caso, o desinteresse em relação a nossas universidades. (MAFFESOLI & STROHL, 2015, p. 77)

Desse modo, o meio acadêmico opera através de um mecanismo de exclusão ancorado em uma rotina que delimita arbitrariamente as fronteiras do conhecimento não reservando lugar para a pluralidade dos saberes. Com efeito, a universidade engendra desse modo, remetendo à sociologia de Elias, uma relação de “estabelecidos e outsiders” cujo mecanismo de controle repousa na desconfiança cotidiana a qualquer assunto que foge do domínio dos acadêmicos ou “experts” que nela estão inseridos. Trata-se de um aviltamento à própria figura do “intelectual específico” proposta por Foucault, pois estes acadêmicos encontram-se vedados às mutações e organicidade da própria sociedade contemporânea. Maffesoli reitera sua crítica enfatizando que, até a década de 90, as disciplinas das ciências humanas, sociais e políticas, podiam gozar, em seus cursos, do prestígio estabelecido dos pensadores de renome, mas que atualmente as mentes livres questionam qualquer legitimidade seja no mundo universitário, midiático ou político (MAFFESOLI & STROHL, 2015).

A teoria social de Maffesoli revela sua vitalidade ao denunciar as tribos acadêmicas e o poder vertical que professores universitários exercem sobre os discentes. Há uma passagem em que ele ressalta os artifícios de exclusão articulados por acadêmicos cujo resultado é o enrijecimento das práticas autoritárias e clientelistas na universidade:

Em tempos mais antigos, a técnica do bode expiatório, aquela de colocar no índex, no dogmatismo eclesiástico e igualmente em quarentena, eram mecanismos de exclusão que chocam frequentemente aqueles que, tentam, frente às opressões acadêmicas, fazer surgir alguma ideia ou texto inovador. Aliás, é interessante notar que nas transmissões de abaixo-assinados, como falei, infantis, a maioria daqueles que os assinam são obrigados a fazê-lo. Dependência do empregado em relação ao chefe de serviço, do estudante em relação a seu professor e de inúmeras situações do mesmo tipo que traduzem, paradoxalmente, a persistência práticas quase feudais, clientelistas e mafiosas. (MAFFESOLI & STROHL, 2015, p. 91-92)

Maffesoli também reprova a atuação desses intelectuais que, fora da academia, monopolizam as instâncias decisórias das áreas culturais e intelectuais em diversos espaços públicos. Tudo isso em conjunto, pois a especificidade desses pesquisadores se debruça num mimetismo naturalista que os permite imitar uns aos outros, propiciando um consenso discursivo (Ibidem). Em síntese, a teoria sociológica de Maffesoli salienta os mecanismos de exclusão adotados pelas autoridades acadêmicas, já que estas, aprisionadas em acepções limitadas do saber em um processo de saturação, não assimilam a dinâmica da sociedade contemporânea com os seus devidos anseios.

Dado o arcabouço teórico deste trabalho, resta-nos analisar algumas situações que refletem a forma como o autoritarismo se reverbera no meio acadêmico, destacando a própria gênese da universidade brasileira com o seu propósito elitista e patrimonialista, o corporativismo nas seleções de mestrado e de doutorado, as relações autocráticas dos docentes em relação aos discentes e os transtornos decorrentes da pressão e do estresse sofridos pelos pós-graduandos.

Sendo o Brasil um país que nunca conheceu um Estado de Bem-Estar Social propriamente dito, apenas alguns direitos sociais concedidos nos períodos da Era Vargas (1930-45) e da conhecida “República Populista” (1946-64), a criação da universidade brasileira não poderia fugir do viés autoritário e patrimonialista existente nas instituições brasileiras. Em *Escritos sobre a universidade*, Marilena Chauí reitera essa afirmação, asseverando que nas universidades federais predomina uma aceitação acrítica do modo como foram criadas de acordo com as ambições das oligarquias locais que as utilizaram como cabides de empregos para clientes e parentes que não investem nas condições materiais necessárias para funcionarem como verdadeiros centros universitários. O poder executivo, por sua vez, desconsiderando as lutas dessa instituição para superar essas debilidades, acaba desgastando os docentes e os discentes, fazendo com que os primeiros primem seu ativismo político na melhoria de cargos, salários e carreiras baseadas em tempo de serviço no lugar de uma melhor formação e pesquisa acadêmica (CHAUÍ, 2001).

O fruto mais amargo desse corporativismo docente, segundo a própria autora, debruça no fato de os universitários consentirem cada vez mais com a separação entre docência e pesquisa, conferindo aos títulos acadêmicos uma hierarquização entre a graduação e a pós-graduação em vez de concebê-las em conjunto. Portanto, o corpo docente permite que as reitorias reduzam a graduação a uma espécie de “ensino médio avançado”, eliminando bastante a pesquisa, para uma formação rápida e barateada; enquanto a pós-graduação se torna o instrumento seletivo dos docentes e discentes, aos quais é reservada a verdadeira formação acadêmica (CHAUÍ, 2001). Tal constatação a respeito dessa configuração hierárquica empreendida no espaço universitário é fundamental para compreendermos a relevância que é dada aos cursos de pós-graduação como os únicos meios que legitimam a excelência acadêmica não só da instituição com o seu devido corpo docente, como também dos discentes que realizam esses cursos na esperança de maior prestígio social e mais chances no mercado de trabalho.

Considerando essa gênese clientelista e excludente das universidades brasileiras assim como suas debilidades acarretadas ao longo do processo histórico, cumpre-nos averiguar como as relações interpessoais entre os docentes e os discentes são afetadas pelo viés autoritário que se manifesta no meio acadêmico. A primeira manifestação do autoritarismo acadêmico pode ser verificada na admissão dos cursos de mestrado e doutorado. Conforme o depoimento de Gisele Lopes, graduada em Ciências Sociais pela Unesp, as condições de ingresso aos cursos de pós-graduação como inserção na carreira acadêmica depende muito, utilizando um termo de Max Weber, de um “acaso incontrolável”, visto que esta carreira encontra-se ancorada em uma hierarquia de posições e poder, manejando assim toda a força e tomada de decisões, de um lado, e por outro, toda a dependência e submissão (LOPES, 2012). Dessa forma, podemos inferir que os procedimentos de seleção nos cursos de mestrado e doutorado estão marcados por uma série de distorções e arbitrariedades. Com efeito, muitas vezes os processos seletivos com suas respectivas regras ilustram mera fachada de formalidade, pois o que vale, na maioria dos casos, são as relações afetivo-pessoais (LOPES, 2012). Remetendo à sociologia de Norbert Elias, constatamos que ocorre, no meio universitário, lógicas de exclusão que refletem as tensões existentes entre o segmento que se encontra no topo da hierarquia acadêmica, isto é, uma parcela estabelecida do corpo docente que comanda os cursos de pós-graduação, e o vasto grupo de estudantes que desejam ingressar nesses cursos, de forma muitas vezes subserviente, com a esperança de conquistar um futuro melhor. É propício destacar, no depoimento dessa graduada, o tipo perverso de clientelismo que se figura nos vínculos entre os orientadores e orientandos:

A relação entre orientadores/orientandos estabelece uma forma perversa de clientelismo, que sempre me pareceu semelhante a uma sociedade de corte medieval, com relações de suserania e vassalagem. Os professores doutores concursados ou titulares, estabelecidos o topo da hierarquia acadêmica e habilitados a lecionar e orientar pesquisas em centros de pós-graduação, tratam a estes institutos como se fossem seus próprios feudos. Mesmo estando em universidades públicas, arvoram-se à posição de proprietários da vaga que detêm temporariamente por concessão e para prestação de serviços educacionais. “Esquecendo-se” de sua condição de servidores públicos – e dos princípios da moralidade, transparência e impessoalidade, que devem pautá-los – muitos acadêmicos patrimonializam seus cargos de professores/pesquisadores e os utilizam como bem o entendem. (LOPES, 2012, p. 1-2)

Este trecho mostra-se bastante revelador não somente por denunciar toda corrupção patrimonialista engendrada pelos professores titulares e assentados no parnaso da hierarquia docente, mas também por, indiretamente, desvelar afinidades com as teorias sociais de Elias, Foucault e Maffesoli. Sendo assim, essa análise reitera a concepção de Elias da sensação de poder dos “estabelecidos” (neste caso, o corpo docente) que os legitima em efetuar estratégias de excluir estratos sociais ou segmentos no espaço acadêmico que eles consideram “inferiores”, o que pode ser evidenciado pelo fato desses “professores estabelecidos” conceberem os institutos de pós-graduação como “feudos” nos quais podem ser inseridos apenas os alunos que eles concederem. Em relação a Foucault, podemos inferir que esses docentes articulam na universidade pública uma espécie de “poder disciplinar” que, graças a um mecanismo patrimonialista existente, destaca os alunos considerados “mais apropriados” à política dos cursos e dos institutos, isolando-os dos demais. E, finalmente, de Maffesoli, podemos salientar o fato de que esses professores titulares favorecem o surgimento de “tribos acadêmicas” no ambiente científico, uma vez que a própria universidade é encarada por eles como um feudo, o que fatalmente leva a admissão de pós-graduandos que reproduzirão, de forma mimética, pesquisas e análises resultantes das “teorias” e “etiquetas” que confinam o horizonte intelectual.

Devemos acrescentar que tanto o processo de seleção de professores como a escolha de alunos para iniciação científica na graduação apresenta similares traços corporativistas e clientelistas. Segundo o depoimento de Válber Almeida, sociólogo e ex-professor da UFPa, existem editais para concursos de professores que foram preparados estritamente para favorecer um determinado programa de pós-graduação em certa área. Isso significa que mesmo dentro dos programas de mestrado e doutorado existem candidatos que ficam impedidos de participar de uma seleção para docentes porque, apesar de estarem se formando nestes programas, a área de concentração requerida pelo edital é diferente daquela que eles escolheram (ALMEIDA, 2014). No que tange à iniciação científica, Rosana Pinheiro-Machado afirma que as bolsas oferecidas robustecem as fronteiras entre os “fortes” e os “fracos” graduandos. Por conseguinte, o estudante contemplado pela bolsa começa a mudar sua postura já que adquiriu “status” e as brigas entre os professores orientadores são reproduzidas. Tais atritos assumem natureza pessoal (disputas cotidianas), teórica (marxistas de um lado, weberianos de outro) ou disciplinar (antropólogos se sentem superiores aos sociólogos ou vice-versa) (PINHEIRO-MACHADO, 2016).

Como esperado, as próprias relações intersubjetivas entre os professores orientadores e os alunos mestrandos ou doutorandos desvelam outra faceta do autoritarismo acadêmico. Gisele Lopes destaca a subserviência crônica arraigada na hierarquia universitária onde tudo circunda em torno dos caprichos dos superiores no topo. No caso dos docentes e dos discentes, a segurança destes últimos só pode ser efetuada através da bajulação e da submissão que, no ambiente da pesquisa, tornam-se os pré-requisitos essenciais e subentendidos, ou seja, códigos de conduta não verbalizados ou escritos, já que a atuação dos primeiros, sendo de má-fé ou má-vontade, pode comprometer toda carreira do orientando, independente de sua qualidade científico-intelectual (LOPES, 2012).

O clímax dessas relações conflituosas acarreta, para os mestrandos e os doutorandos, o desenvolvimento de transtornos e, até mesmo, de patologias de ordem psíquica. O artigo de Rodrigo de Oliveira Andrade sublinha o fato de que a dinâmica da pós-graduação é marcada, muitas vezes, por um ambiente onde as pressões para publicar artigos, carga de trabalho excessiva e cobranças decorrentes do nível de exigência dos professores são muito comuns. De acordo com os dados fornecidos pela Associação Nacional dos Pós-Graduandos (ANPG), podem ser verificados entre esses estudantes dois tipos de distúrbios psicológicos conhecidos como “síndrome de burnout”, em que a pessoa atinge um alto índice de exaustão devido ao trabalho excessivo sem descanso, e a “síndrome do impostor”, que aflige alunos que não conseguem aceitar os resultados obtidos por mérito próprio (ANDRADE, 2017). Um dos fatores capitais para a ocorrência dessas doenças psíquicas entre pós-graduandos deve-se à autoridade abusiva exercida pelos professores orientadores que, além de não cultivar uma empatia com os alunos, apela até mesmo para o assédio moral:

Também a relação com o orientador pode contribuir para o desenvolvimento de distúrbios psicológicos. Vários são os casos registrados pela ANPG de atitudes abusivas ou negligentes relatados por estudantes que sofreram assédio moral durante reuniões ou aulas. Igualmente freqüentes são os casos que chegam à ANPG de orientadores omissos diante de questões ligadas à pesquisa de seus orientandos ou aqueles que solicitam aos alunos tarefas não relacionadas às suas pesquisas. (ANDRADE, 2017, 64)

De acordo com o desenvolvimento exposto, podemos concluir que, no meio acadêmico, muitos docentes respaldados por um capital institucional, exercem um poder autoritário perante os discentes dos cursos de pós-graduação que, na maioria dos casos, só pode ser constatado nas relações intersubjetivas. Com o suporte das teorias sociais de Norbert Elias, Michel Foucault e Michel Maffesoli, associado com os relatos apresentados, constatamos que o viés autoritário se inicia, na verdade, desde a graduação, percorrendo a pós-graduação, considerada por muitos a excelência da formação acadêmica, onde as irregularidades já podem ser observadas na seleção para os cursos de mestrado e doutorado e, sobretudo no período de elaboração das pesquisas onde os professores orientadores demonstram explicitamente suas condutas autocráticas em relação aos orientandos.

Considerando, na atual conjuntura, o obscurantismo imposto por um governo imbuído de orientações fundamentalistas, reacionárias e antidemocráticas, assim como a sólida reforma neoliberal que tem sido engendrada na universidade pública pelos governos anteriores desde a década de noventa, cumpre alertar que a atuação despótica de muitos docentes, além de enrijecer um perfil excludente e patrimonialista adquirido pela universidade brasileira, e conduzir muitos estudantes a distúrbios psicológicos; corrobora com o conformismo de boa parte da sociedade que concebe como meios de moralização institucional os efeitos deletérios do neoliberalismo, tais como a baixa remuneração e perda de direitos, precarizando a situação dos acadêmicos, e a ingerência abusiva da iniciativa privada que debilita a autonomia pedagógica.

**Palavras-chave:** Universidade, Autoritarismo, Conflito

**Referências Bibliográficas:**

ALMEIDA, Válber. “Corporativismo, apadrinhamento e fim do mérito acadêmico: dilemas da UFPa hoje”. Disponível em: [www.profpito.com](http://www.profpito.com) >

ANDRADE, Rodrigo de Almeida. “Distúrbios na academia”. In: *Pesquisa FAPESP*, 2017, n. 262, p. 63-65

BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade Líquida*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

CHAUÍ, Marilena. *Escritos sobre a universidade*. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

CONNOR, Steven. *Cultura Pós-Moderna: Introdução às Teorias do Contemporâneo*. São Paulo: Edições Loyola, 2000.

ELIAS, Norbert & SCOTSON, John L. *Os estabelecidos e os Outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2000.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. São Paulo: Graal, 2012.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

LIMA, Marcos Aurélio. “Relações de poder entre os estabelecidos e os outsiders”. In: *Holos*, 2015, Ano 31, Volume 6, p. 544-554

LOPES, Gisele. “Sobre os procedimentos de seleção nos Programas de Pós-Graduação e relações sociais na academia”. Disponível em: [www.cartapotiguar.com.br](http://www.cartapotiguar.com.br). Publicado em 14 de março de 2012.

MAFFESOLI, Michel & STROHL, Hélène. *O Conformismo dos Intelectuais*. Porto Alegre: Sulina, 2015.

PINHEIRO-MACHADO, Rosana. “Precisamos falar sobre a vaidade na vida acadêmica”. Disponível em: [www.cartacapital.com.br](http://www.cartacapital.com.br). Publicado em 24 de fevereiro de 2016.

1. Mestrando em Sociologia Política no IUPERJ/Universidade Candido Mendes, Mestre em Literaturas de Língua Inglesa pela UERJ, Professor da Rede Municipal do Rio de Janeiro e da FAETEC, email: [martinspinheiro783@gmail.com.br](mailto:martinspinheiro783@gmail.com.br) [↑](#footnote-ref-2)
2. MAFFESOLI, Michel & STROHL, Hélène. *O conformismo dos intelectuais*, p. 41 [↑](#footnote-ref-3)